

EMPREGO DO CAÇADOR NO APOIO A PEQUENA FRAÇÃO NO ATAQUE A LOCALIDADE

2º Sgt Inf Anderson Carneiro da Silva
2º Sgt Inf Euler Martins Ferreira
2º Sgt Inf Gabriel da Silva Luiz
2º Sgt Inf Gomes Queiroz
2º Sgt Inf Lucas Zambalde de Castro
2º Sgt Inf Pericles Silveira de Lira

1 INTRODUÇÃO HISTÓRICA DA UTILIZAÇÃO DO CAÇADOR

Há muito, vários exércitos utilizam os caçadores, que ganharam denominações diversas como scharfchutzen, no exército alemão, e snipers, nos países de língua inglesa. Modernamente, outros adotaram esta última denominação, sem adaptá-la ao idioma local. Isto se deveu à dificuldade de traduzir a palavra, que não tem correspondente em outras línguas.

Entretanto, é importante saber que sniper é a palavra usada em vários exércitos do mundo para designar o combatente que atira a longa distância, perfeitamente camuflado, em alvos escolhidos pelo seu valor.

1.2 ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS

1.2.1 Morte do general Simon Frazer

Ocorrida durante a batalha de Saratoga

(Guerra da Independência Americana), no dia 7 de outubro de 1777.

Neste local, Frazer comandava a “Força Especial de Reconhecimento”, que ele próprio havia criado para combater os rebeldes, que empregavam táticas não convencionais, como emboscadas e tiros a longa distância, seguidas de retraimento e reorganização em locais cobertos, dificultando ou impedindo a ação eficiente das tropas inglesas, cuja Infantaria, vestida com suas tradicionais túnicas vermelhas, manobrava grupada em batalhões, empregando fogo e movimento. Quando enfrentavam um inimigo que usasse tática similar à sua, invariavelmente, o combate terminava com uma corajosa carga de baionetas caladas, que liquidava ou punha em fuga os adversários remanescentes.

Naquele dia, quando a Força Especial de Reconhecimento aproximou-se de uma área matosa, tentando localizar os esquivos batalhões rebeldes, o miliciano Tim

Murphy, utilizando um fuzil, modelo Kentucky, de cano longo e calibre .40 acertou o general inglês a uma distância de 500m, matando-o.

A morte de Frazer provocou a retirada desordenada da Força por ele comandada e deu início à derrota dos ingleses em Saratoga.

Provavelmente, o tiro não teria sido disparado de uma distância tão longa. A 500m seria difícil, não só identificar o general sem a ajuda de uma luneta, como realizar a pontaria em um alvo humano com as toscas miras metálicas então existentes. Portanto, se Tim Murphy disparou, tendo escolhido Frazer como alvo, deve tê-lo feito de mais perto, talvez, de uma distância inferior a 300m.

Contudo, este caso demonstra perfeitamente a consequência da eliminação ou neutralização de um alvo escolhido pelo seu valor.

1.2.2 Morte do coronel P. Ferguson

Ocorrida na batalha de King's Mountain, na Carolina do Norte, no dia 7 de outubro de 1780, durante a Guerra da Independência dos Estados Unidos da América.

Ferguson deslocava-se comandando seu Regimento, com um efetivo de aproximadamente 700 homens, quando foi abatido por um miliciano do "Morgan Kentucky", que usava um fuzil modelo Kentucky, de cano longo e calibre .40, disparado de uma distância avaliada em 400m.

Após a morte do comandante, o Regimento desorganizou-se e, acossado pelos rebeldes, rendeu-se, comprometendo com isto o êxito da invasão da Carolina do Norte pelo exército do general inglês Lord Cornwallis.

O coronel Ferguson era o inventor de um fuzil de carregamento por ferrolho que levava o seu nome. Era famoso por ser o melhor atirador do Reino Unido, naquela época, e sua morte interrompeu o desenvolvimento da nova arma.

Como no caso anterior, é provável que à distância de tiro, 400m, tenha sido exa-

gerada, considerando-se o fuzil utilizado. Mesmo assim, a morte de Fergusson de fato ocorreu e teve consequência funesta para os seus subordinados que, devido a um único disparo, que abateu o comandante do Regimento, tiveram que amargar a dor de uma derrota militar e a humilhação de uma rendição.

1.2.3 Os caçadores finlandeses na "Guerra de Inverno"

Em 1 de setembro de 1939 a Alemanha atacou a Polônia, dando início à 2ª GM. Duas semanas mais tarde, em 17 de setembro, quando os germânicos já tinham destruído o exército polonês, Stalin determinou que suas tropas invadissem a Polônia pelo Leste, garantindo a sua parte do botim, conforme ficara combinado nas cláusulas secretas do pacto Ribbentrop-Molotov de não agressão, assinado entre a Alemanha Nazista e a URSS.

Pouco depois, após haver imposto à Estônia, à Letônia e à Lituânia, em consequência do pacto acima mencionado, "acordos de defesa" que permitiam, a qualquer momento, a entrada de forças russas nos territórios destes países, os dirigentes soviéticos decidiram aplicar tratamento semelhante à Finlândia.

Para isto, Stalin convocou representantes do governo finlandês a Moscou e, acompanhado dos "Comissários do Povo para Negócios Estrangeiros" Molotov e Potemkin, informou aos embaixadores que deveriam cumprir as seguintes exigências:

1a – Ceder à URSS as ilhas finlandesas do golfo de Leningrado (atual São Petersburgo).

2a – Recuar a fronteira para o istmo de Carélia, que se estende entre o mar e o lago Ladoga.

3a – Arrendar à URSS a base aeronaval de Hangoe, situada no extremo ocidental do golfo da Finlândia, por um prazo de 30 anos.

4a – Ceder à URSS a parte finlandesa da península dos Pescadores (no Ártico).

5a – Assinar um tratado de assistência

mútua para a defesa do golfo da Finlândia.

Em contrapartida destas concessões, Moscou oferecia a Helsinque uma retificação de fronteiras na Carélia, o que não interessava à Finlândia.

Após tomar conhecimento destas exigências, o governo do presidente Cajander consultou o marechal Mannerheim, herói nacional que em 1917 libertara sua pátria do domínio russo, e inclinou-se para uma solução de compromisso, procurando ganhar tempo.

A situação tornava-se mais tensa a cada dia. Em 26 de novembro, o comissário Molotov acusou a artilharia finlandesa de abrir fogo contra tropas soviéticas estacionadas ao Norte de Leningrado e exigiu a retirada de todo o exército finlandês para uma distância mínima de 25 km da fronteira.

Embora este episódio tivesse sido forjado, o governo finlandês não desconsiderou a acusação, mas exigiu que as tropas soviéticas também fossem retiradas para a mesma distância.

Em 30 de novembro, sem qualquer declaração de guerra, um Corpo de Exército soviético (7o, 8o, 9o e 14o Exércitos), integrados por 28 Divisões de Infantaria, várias Brigadas Blindadas e 800 aviões, invadiu a Finlândia. Ao todo eram 300.000 combatentes poderosamente armados, aos quais se contrapunham apenas 9 Divisões de Infantaria finlandesas, algumas bastante incompletas.

No entanto, determinadas circunstâncias favoreciam aos finlandeses.

Em primeiro lugar, o terreno difícil recoberto por imensas florestas de pinheiros, cortado por poucas estradas, excelente para a execução de emboscadas e complicado para a logística.

Quanto aos 35 mil lagos existentes no território finlandês, o gelo diminuía seu valor como obstáculos, mas as temperaturas de 30o a 40o graus negativos afetavam muito os soldados soviéticos, enquanto o finlandês, familiarizado com a floresta, grande caçador, esquiador consagrado e bravo por natureza, além de suportar bem estas condições climáticas, revelou-se um

combatente de excepcional qualidade.

O armamento do Exército Finlandês era um pouco antiquado, mas havia uma metralhadora de mão de 9 mm, modelo Suomi, de funcionamento impecável, mesmo a baixíssimas temperaturas. Esta arma foi amplamente usada na floresta, em combinação com granadas incendiárias improvisadas, apelidadas por eles de "Coquetéis Molotov", e do **amplo emprego de caçadores**.

O fato é que as forças soviéticas foram detidas e destruídas, perdendo grande quantidade de armamento e sofrendo mais de 100.000 baixas durante a "Guerra de Inverno", sendo que 27.500 de seus efetivos foram mortos. Enquanto isto, os finlandeses perderam apenas 2.700 homens, entre mortos e feridos.

Foi neste contexto que se ressaltou a importância dos caçadores finlandeses. Esquiadores velozes, conhecedores do terreno, ótimos atiradores, hábeis na confecção de armadilhas e no rastreamento, estes homens tornaram-se importantes instrumentos no combate ao exército invasor.

Para avaliarmos o valor destes combatentes destacaremos dois nomes: Simo Häyhä e Suko Kolkka, que, armados com fuzis Mosin-Nagant M28 com miras metálicas simples, eliminaram 500 e 400 inimigos, respectivamente.

Conta-se que Suko Kolkka, certa vez, eliminou um caçador russo, que o perseguia, a uma distância de 600 m.

Conclui-se que estes soldados valentes e determinados, juntamente com todos os seus companheiros caçadores, foram elementos indispensáveis na vitória finlandesa na "Guerra de Inverno".

A lição que permanece é a seguinte: se apenas dois homens puderam infligir 900 baixas a um inimigo muito mais numeroso e bem armado, vê-se que é muito vantajoso entrar em combate contando com caçadores adequadamente adestrados.

2 ASPECTOS LEGAIS

Neste capítulo serão abordados os dispositivos que amparam o emprego da Força Terrestre em território nacional em situação de não guerra, tendo em vista a legalidade da atuação das tropas em ambiente urbano, o qual será denominado de localidade.

Conforme Silva (2006), o emprego do Exército Brasileiro em operações de GLO será realizado em situações descritas com exatidão pelo grau de comprometimento da ordem pública e pela aplicação ou não de salvaguardas constitucionais. A Constituição de 1988 define como missão das polícias federal, rodoviária federal, ferroviária federal e civil, mais também, os policiais e bombeiros militares preservar a ordem pública e manter são e salvos as pessoas, porém, sendo dever do Estado, conforme explicitado no artigo 144 da Constituição, esta dobrou a segurança valendo-se de uma Força maior para garantir a soberania do Estado, conforme o seu artigo 142.

Art. 142 As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destina-se a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 1988).

“A decisão de emprego da força terrestre em ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) é de competência exclusiva do Presidente da República” (Segurança Integrada, 2013, p. 16), conforme transcrito em lei complementar:

[...] Art. 15. O emprego das Forças Armadas na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, e na participação em operações de paz, é de responsabilidade do Presidente da República [...] (BRASIL, 1999).

Conforme Cruz Alta (2013), a decisão do

presidente em emprega a Força Terrestre será comunicada ao Ministro de Estado da Defesa através de documento oficial, o qual indicará a missão, os demais Órgãos e outras informações necessárias.

A atuação das Forças Armadas em operações de GLO será autorizada pelo Presidente da República, de acordo com diretrizes baixadas em ato do mesmo, quando for considerado esgotados os instrumentos relacionados no artigo 144 da Constituição Federal, sendo reconhecido formalmente pelo Presidente ou Governador como indisponíveis, inexistente ou insuficiente ao desempenho regular de sua missão constitucional, como podemos verificar no §3, Art. 15 da Lei Complementar nº 117 de 2 de setembro de 2004:

[...] Consideram-se esgotados os instrumentos relacionados no art. 144 da Constituição Federal quando, em determinado momento, forem eles formalmente reconhecidos pelo respectivo Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual como indisponíveis, inexistentes ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional. [...] (BRASIL, 2004).

Em operações de Garantia da Lei e da Ordem, as tropas destacadas para as ações exercerão atividades que originalmente seriam exclusivas das polícias militares e que em situações extraordinárias poderão ser exercidas pelas Forças Armadas, conforme podemos verificar:

Art. 3º Na hipótese de emprego das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem, objetivando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, porque esgotados os instrumentos a isso previstos no art. 144 da Constituição, lhes incumbirá, sempre que se faça necessário, **desenvolver as ações de polícia ostensiva, como as demais, de natureza preventiva ou repressiva, que se incluem na competência, constitucional e legal, das Polícias Militares**, observados os termos e limites impostos, a estas últimas, pelo ordenamento jurídico (BRA-

SIL, 2001, grifo nosso).

Através dos dispositivos apresentados, verifica-se a possibilidade do emprego do Exército Brasileiro, em território nacional, atuando em operações tipo polícia e evidencia a importância dessa atividade, ao ser destacado como o último recurso do Estado para a manutenção da Paz e Ordem Pública.

3 DOCTRINA ENQUADRANTE – FORMAÇÃO MILITAR

Com a evolução dos tempos e a mudança do combate convencional para o combate em área urbana, o Exército Brasileiro iniciou estudos para utilizar o emprego do caçador nos batalhões de infantaria, desenvolvendo a doutrina implantada e testada pela Brigada de Operações Especiais.

É confeccionado o CI 21-2/2, – O CAÇADOR – que foi elaborado pelo Corpo de Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras e é fruto de um projeto de pesquisa operacional, conduzido com a colaboração da IMBEL. Após revisão do COTER, foi expedido para experimentação em 2006, 2007 e 2008.

O caçador deve ter preparação e adiestramento específicos para as diversas missões que podem lhe ser atribuídos. O candidato deve possuir as seguintes características:

- 1) Ser voluntário.
- 2) Ter muito boa condição física.
- 3) Ser um excelente atirador de armas longas.
- 4) Ter conhecimentos técnicos e táticos adequados e suficientes.
- 5) Ter visão perfeita.
- 6) Não possuir vícios.
- 7) Os candidatos deverão ser militares de carreira, uma vez que terão acesso a conhecimentos RESERVADOS.

Com base nos diversos estudos e aperfeiçoamento adquiridos em diversas missões executadas pelas forças armadas e também com a troca de experiência com as forças auxiliares, adotou-se a utilização de Equipes de Caçadores, formada por

dois elementos: o observador e o caçador. O observador é aquele que vai à frente da formação e tem como missão realizar as correções de tiro e a seleção de alvos para o caçador. Este elemento, normalmente, é o mais experiente e mais antigo da equipe e, também, é o responsável pelo deslocamento da dupla. O caçador é aquele que, obedecendo às orientações do observador, realizará o tiro quando as condições forem favoráveis. É essencial que haja uma perfeita comunicação e entrosamento entre os integrantes da equipe de caçadores para que alcancem sucesso nas suas missões.

No Brasil, observam-se os atiradores de elite ou snipers enquadrados em suas unidades de elite como os Fuzileiros Navais, Grumec e o Grupo Especial da Polícia da Aeronáutica entre outros. As polícias civil, militar e federal brasileiras também contam com atiradores de elite em seus quadros.

Na MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti), a qual o comando das operações militares é de responsabilidade do Brasil, observa-se um atirador especializado ou caçador enquadrado em cada grupo de combate do pelotão, sendo esse militar preparado e adiestrado com instruções de tiro específicas, a fim de ser utilizado caso a situação exija seu emprego.

No combate urbano, em princípio, uma equipe de caçadores desloca-se enquadrada em uma pequena fração que fará sua segurança. Deste modo, os caçadores chegam à área de operações de forma mais segura e rápida, sem serem percebidos pelo inimigo. Também poderá ser empregada em ação de conjunto ou em reforço a uma fração, não sendo normal ser empregado em apoio direto.

Nas suas missões, o caçador mais antigo assessora o comandante da fração que o enquadra quanto ao emprego da equipe, pois conhece a real capacidade dos integrantes da equipe, bem como o emprego tático peculiar aos caçadores e as medidas ativas e passivas contra-caçador. A equipe de caçadores será parte integrante da

fração de segurança, tendo em vista a importância de utilizá-lo em local e momento oportuno, sendo assim necessário que a equipe possa se deslocar até o ponto ou posição favorável ao cumprimento de suas missões, de forma a não ser percebida pelo inimigo ou força oponente, contando com isso com a segurança que se faz necessário para que possa ter um deslocamento rápido e seguro.

Na área de operações, a turma de caçadores separa-se dos elementos de segurança e prossegue no cumprimento da missão específica, devendo esta separação ocorrer em local coberto, mantendo assim, o sigilo da missão dos caçadores.

A equipe de caçadores também possui em sua doutrina, o seu emprego no combate convencional ou em campanha, onde é chamada de Turma de Caçadores e está enquadrada no grupo da 3ª Seção e subordinado ao S3.

A Turma de Caçadores, quando enquadrada desta forma, é organizada em duas equipes com dois caçadores por equipe, e quando atuam isoladamente são também chamados e divididos em atirador e observador. O caçador, em sua missão principal é uma peça de manobra de grande utilidade à disposição do Comandante do Batalhão, consistindo em fator multiplicador do poder de combate da Unidade.

Já em sua missão secundária, o caçador também pode atuar na busca de informes, mobiliando uma Região de Interesse para a Inteligência (RIPI) ou mesmo durante realização de uma missão de caçada, sobre o andamento do combate, relatando-os ao escalão superior o mais cedo possível.

4 EMPREGO TÁTICO DO CAÇADOR

Uma equipe de caçadores tem como missão principal executar tiros precisos, a longa distância, em alvos inimigos selecionados, de oportunidade ou planejados, neutralizando-os. No cumprimento da missão principal o caçador deverá eliminar ou neutralizar: os oficiais, os “comissários políticos”, os “comandantes” de forças irregu-

lares e os sargentos inimigos; os guias e rastreadores inimigos e seus cães; os atiradores de armas coletivas e o pessoal de Com (rádio operadores e outros) inimigos; os chefes e motoristas de blindados inimigos; os pilotos de helicópteros inimigos, pousados ou em vôo pairado; os observadores avançados inimigos; os caçadores (snipers) inimigos; e na ausência dos alvos acima, eliminará ou neutralizará qualquer elemento hostil.

Porém na maioria das vezes a equipe vai atuar cumprindo missões secundárias, buscando informes sobre o inimigo e sobre o andamento do combate, relatando-os ao escalão superior o mais cedo possível, infiltrando-se em área ocupada pelo inimigo, nela permanecendo sem ser visto, monitorando regiões de interesse para a inteligência (RIPI), realizar reconhecimentos de pontos ou de pequenas áreas e vigiar um setor, uma via de acesso, ou um eixo e a equipe, sempre que possível, será lançada a uma distância que permita a comunicação via rádio com a Unidade, de modo que possa relatar suas observações em tempo útil.

Caso disponha de equipamento adequado (fuzil .50, luneta de pontaria e munição de alta precisão), poderá destruir ou danificar viaturas, aeronaves de asa fixa ou rotativa, radares, material de comunicações e outros equipamentos. Dispondo de equipamento apropriado de visão noturna, o caçador baterá seus alvos tanto de dia como à noite.

4.1 PRINCÍPIOS BÁSICOS DE EMPREGO

O emprego do caçador segue nove princípios básicos, que têm como objetivo identificar os fatores e requisitos fundamentais para que se possa combater como caçador ou empregar corretamente este combatente especializado.

a. 1º Princípio - O caçador atira em alvos selecionados

O caçador não atira indiscriminadamen-

te contra qualquer alvo. Procurará sempre engajar aqueles alvos que causarão grande transtorno ao inimigo, se forem abatidos, feridos ou danificados no transcurso do combate.

Se, por exemplo, uma companhia de fuzileiros tem o seu capitão ferido por um caçador quando ataca um objetivo, este fato irá retardar a progressão da subunidade, até que outro oficial assuma o comando e passe a coordenar a ação dos pelotões.

b. 2º Princípio - O caçador deve furtar-se da observação inimiga e só atira de uma distância segura

Quando o caçador disparar contra o inimigo, estará denunciando a sua presença e se for visto atrairá sobre si fogos de diversos tipos de armas (“fogo atrai fogo”) e a ação de patrulhas e rastreadores, que tentarão eliminá-lo.

Por este motivo deverá estar perfeitamente camuflado, ser capaz de progredir sem ser identificado e saber preparar uma posição final de tiro (PFT) que se integre perfeitamente ao terreno adjacente. O caçador é um especialista em camuflagem.

Para aumentar a segurança, o caçador deve evitar engajar alvos que estejam a menos de 300m de distância. Quanto mais distante do inimigo estiver da posição de tiro, maior dificuldade ele terá para localizá-lo.

c. 3º Princípio - O caçador trabalha em dupla com o observador

Os caçadores são treinados para combater integrando uma equipe de dois homens, que se apoiam mutuamente, executando rodízios das funções mais cansativas, como a observação de um setor utilizando luneta ou binóculo.

Auxiliam, um ao outro, na avaliação de distâncias, identificação de alvos, aferição da velocidade e direção do vento, preparação e camuflagem da posição final de tiro e a eliminação de indícios. O observador, também, auxilia o caçador na observação e correção do tiro, por intermédio do acompanhamento do “traço” que o projétil des-

creve em sua trajetória.

O observador, armado com um fuzil automático, provê a defesa aproximada da dupla, aumentando a segurança.

d. 4º Princípio - Sempre que possível, o caçador atua protegido pela tropa amiga

Ao identificar a presença do caçador, o inimigo fará grande empenho para eliminá-lo. Tal empenho se justifica pelos transtornos provocados pela atuação do caçador como a perda de efetivos importantes e o efeito psicológico consequente.

Para descobrir o caçador, o inimigo empregará patrulhas reforçadas por rastreadores e cães, bem como os mais diversos e sofisticados meios de detecção visual e eletrônica. Se a posição do caçador for identificada, o inimigo o baterá com os fogos de todo o armamento disponível.

Pelos motivos acima relacionados, é melhor que o caçador possa atuar protegido pela tropa amiga, seja enquadrado em pequenas frações, seja apoiado pelo fogo dos morteiros orgânicos da Unidade ou da Artilharia da Brigada.

O caçador poderá designar alvos de oportunidade para a Artilharia e morteiros e devendo fazer o pedido e a condução dos fogos.

e. 5º Princípio - O caçador deve ter fuzil, munição, equipamentos e treinamento específicos

O desempenho do caçador está vinculado à precisão do seu fuzil e da munição que utiliza, bem como das características de sua luneta e demais itens de seu equipamento.

Estes fatores possibilitam a um bom atirador de fuzil engajar alvos a longas distâncias. Entretanto, não é apenas o equipamento, mas principalmente o treinamento, que torna o bom atirador de fuzil um caçador.

Note-se que, se o caçador estiver armado com um fuzil e munição comuns, a eficácia de seus tiros cairá a um nível incompatível com o desempenho que dele

se espera.

f. 6º Princípio - O caçador é o maior conhecedor de suas próprias capacidades, limitações e possibilidades de emprego e deve ser ouvido em relação a isto, quando a ele se atribuir alguma missão

Cada indivíduo tem suas próprias características físicas e psicológicas que podem ser modificadas, até um certo ponto, por intermédio do treinamento.

No entanto, se um grupo de militares for submetido ao mesmo treinamento para a formação de caçadores, cada indivíduo apresentará, ao final, um resultado diferente dos demais, embora todos possam ter atingido os índices mínimos de aprovação estabelecidos.

Por isto, é fundamental ouvir o caçador para empregá-lo em combate, de modo que ele possa opinar sobre a missão que lhe for determinada.

Daí destaca-se a importância do estabelecimento de “laços táticos” entre o comandante da fração apoiada e o caçador. O “laço tático” se estabelece quando há conhecimento e confiança mútua entre o comandante apoiado e o elemento dado em apoio.

É importante frisar a inutilidade de dar-se ao caçador missões que ele não será capaz de cumprir.

g. 7º Princípio - Em determinadas situações, a melhor defesa contra o caçador inimigo é o caçador amigo

O caçador treinado foi submetido a uma preparação específica, que o capacita a cumprir com eficiência as missões que lhe são atribuídas. É, justamente, esta preparação que possibilita ao caçador a visualização e o melhor entendimento das ações que o seu similar inimigo possivelmente irá realizar. Deste modo, pode-se sair de uma expectativa defensiva passando-se a uma antecipação de medidas ofensivas, quando se desencadear ações contra caçador.

Haverá, também, situações nas quais “regras de engajamento” dificultarão ou

impedirão o emprego de determinadas armas contra o caçador inimigo. Nestes casos, será preciso empregar o caçador amigo, como último recurso, para fazer fogo altamente seletivo contra ele, a fim de eliminá-lo ou neutralizá-lo.

Tome-se como exemplo um batalhão empenhado em combate contra forças irregulares, atuando em uma localidade onde a população não foi evacuada. Se um caçador inimigo realizar fogos contra a tropa, não será aconselhável empregar metralhadoras ou canhões de CC em resposta, causando baixas entre os civis. Será melhor utilizar os caçadores, que poderão executar fogos seletivos.

h. 8º Princípio - O ponto focal do emprego do caçador é saber controlar as suas ações, sem retirar-lhe a liberdade de ação e a flexibilidade

O caçador não atua como franco atirador, desvinculado da operação que estiver sendo desenvolvida pela Unidade a que pertence. Ele deverá estar adequadamente informado sobre a situação tática e sobre a intenção do comandante. Deve receber ordens claras sobre a missão que irá cumprir e sobre a forma como está sendo empregado.

Ao mesmo tempo, é importante dar ao caçador um elevado grau de liberdade de ação e flexibilidade, de modo que ele possa usar ao máximo sua capacidade de eliminar alvos selecionados a longa distância, além de agir como um elemento de inteligência. Por este motivo, deve-se informar ao caçador a finalidade da missão que irá cumprir, possibilitando que atue, empregando plenamente suas características e possibilidades peculiares.

i. 9º Princípio - Em princípio, os caçadores começam a atuar de 24 (vinte e quatro) a 48 (quarenta e oito) horas antes do início da operação tática na qual a Unidade a que pertencem estiver empenhada

Para ficarem em condições de cumprir as suas missões, principal e secundária, é

importante que os caçadores de uma Unidade possam realizar uma infiltração absolutamente sigilosa e que ocupem boas posições finais de tiro, bem localizadas, camufladas e adequadamente preparadas, compatíveis com o tempo de duração da operação tática que será desenvolvida. Por isto, os caçadores serão lançados com uma antecedência tal que lhes permita realizar estas ações preliminares sem atropelo, levando em conta, ainda, que deverão conduzir armas, munições, granadas, roupas de camuflagem, binóculo, rádio, ferramenta de sapa e rações que, pelo seu peso, dificultarão a realização de deslocamentos rápidos.

Falar nos dias atuais sem falar de combate urbano é praticamente impossível, uma vez que é grande a migração para áreas urbanas proveniente das áreas rurais, isso sem falar no crescimento exponencial da população. Neste cenário fica evidente que é improvável que uma tropa não precise atuar dentro de áreas urbanas ou subúrbios. A própria história mostra em seus mais recentes combates, como por exemplo: a “Operação liberdade” ocorrida no Iraque, que é fundamental que qualquer exército tenha conhecimentos e tropas especializadas em combater em localidade.

Os piores problemas surgem quando se imagina que um país por inteiro poderá tornar-se urbanizado de tal forma que as cidades se constituam nas principais características do terreno (cerca de 70% da população da Alemanha Ocidental vive atualmente em áreas urbanas), porque não é somente o número dos que moram em grandes subúrbios contínuos que torna as áreas urbanas importantes, mas sim o somatório de fatores entre os quais figuram a distribuição física de pequenas vilas, a localização das áreas construídas em relação às florestas e rios e o potencial para a utilização de terreno urbano como parte de um planejamento militar. (BRACKEN, 1977, p.70).

Os manuais utilizados pelo Exército Brasileiro que tratam de forma mais detalhada sobre o tema combate em localidade são:

C 31-50 Combate em Zonas Fortificadas e Edificadas, o C 7-20 Batalhões de Infantaria e o C 17-20.

Finalidade tática do combate a localidade é evitar que o inimigo faça uso integralmente das vias de transporte que passam no interior da localidade ou em sua proximidades.

A utilização de uma área edificada para realização de uma defesa, depende de fatores como, por exemplo: o tamanho da localidade, a localização em relação a posição de defesa geral e também da proteção oferecida pelas edificações, ou seja, o tipo de construções existentes na localidade.

Os princípios que se destacam nas operações de defesa em localidade, são os seguintes: Apoio mútuo; Defesa em todas as direções e Defesa em profundidade.

Características do combate em localidade: Cada edifício é um ponto forte em potencial; máximo emprego das cobertas e abrigos; plenitude dos obstáculos; observação e campo de tiro reduzidos; ruas canalizam os movimentos da viaturas; limitado princípio da massa pelo atacante; emprego das armas de apoio pouco eficaz pelo atacante; ataque descentralizado; facilidade do movimento dentro do interior da localidade e facilidade do aprofundamento da defesa.

O combate em localidade favorece ainda o uso de obstáculos nas vias de acesso a ao interior da localidade, podendo esses obstáculos no interior da localidade serem batidos por fogos, visando assim dificultar o avanço do inimigo e causando o maior número de baixa.

Quanto às fases do ataque em localidade, são assim realizadas:

Primeira fase ocorre o isolamento da localidade, nessa fase ocorre o bloqueio das vias terrestres e tem por finalidade impedir a chegada de reforço e suprimento para os elementos isolados, como também impedir o retraimento destes; segunda fase: conquista de cada uma das áreas de apoio nas proximidades da localidade; e terceira fase: realizar a progressão pelo interior da localidade.

Podemos citar como características do combate moderno: Preparação da localidade; um combate mais ofensivo valorizando mais a manobra; ações simultâneas; local de atuação não linear; priorização das manobras em flancos; combate continuado; iniciativa, rapidez e flexibilidade; objetivo, ofensiva, massa, manobra e surpresa; tudo isso com o mínimo de perdas.

CONCLUSÃO

As áreas edificadas são acidentes capitais importantes em uma batalha, pois sobre os quais, de um modo geral, são conhecidas informações detalhadas sobre aquele terreno específico, podendo até mesmo servir como futura área de apoio logístico.

As localidades, quando reduzidas a escombros, mantêm suas características defensivas, restringindo o emprego de forças motorizadas, mecanizadas ou blindadas. Em consequência, as tropas de infantaria a pé são as mais aptas ao combate em localidades, o que favorece o emprego dos caçadores.

O combate em áreas edificadas caracteriza-se pelas ações aproximadas, pelos limitados campos de tiro e observação, pela canalização do movimento de tropas e veículos e pela dificuldade de comando e controle.

No combate em localidade, onde a população civil deixou de ser evacuada, regras de engajamento, estabelecidas pelos escalões superiores, podendo impedir o emprego de determinadas armas que causarão baixas indiscriminadas, podendo assim perder possíveis adeptos aquela ocupação, neste caso, o emprego dos caçadores, que são esses elementos capazes de realizar fogos seletivos, cresce de importância, devido ao seu preparo e conhecimento específico.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.**

Brasília, DF: Senado Federal, 1988. 292 p.

BRASIL. **Lei complementar** Nº 97, de 9 de junho de 1999.

BRASIL. **Decreto** Nº 3.897, de 24 de agosto 2001.

BRASIL. **Lei complementar** Nº 117, de 2 de setembro de 2004.

CADERNO DE INSTRUÇÃO. **O Caçador.** CI 21 – 2/2.

ROSA, Sérgio Ricardo Martins (org.). **Segurança Integrada** - Cruz Alta: EASA, 2013. 123p. – (Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos).

SILVA, Fernando Carlos Santos da. **Aspectos legais do emprego do exército na garantia da lei e da ordem.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, IX, n. 30, jun2006. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.phpn_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1179>. Acesso em jul 2014.

O TRABALHO DE RECONHECIMENTO DAS POSIÇÕES DE RETARDAMENTO PELO SARGENTO ADJUNTO DE PELOTÃO DE CAVALARIA

2º Sgt Eng Alexandre da Silva Barros
2º Sgt Com Danny Lucas de Carvalho Andrade
2º Sgt Art Fábio Rodrigues Boaventura
2º Sgt Cav Júlio César de Abreu
2º Sgt Inf Leonardo Amaral de Oliveira
2º Sgt Inf Rodrigo Garros
2º Sgt Inf Thiago da Silva Bispo

1 INTRODUÇÃO

Para uma melhor compreensão do nosso estudo é importante ressaltar alguns aspectos sobre a Arma de Cavalaria e a Cavalaria Mecanizada.

(...) A Cavalaria realiza qualquer uma das formas de manobra da defesa em posição, seja a defesa móvel ou de área, opondo resistências ao inimigo compatíveis com suas características e possibilidades (...).

(...) As GU e U de Cavalaria são as mais adequadas para a execução das manobras defensivas caracterizadas por movimentos retrógrados, conduzidas para retardar o inimigo, levá-lo a uma situação desfavorável, permitir o emprego do

grosso da força em outro local, evitar o combate sob condições desfavoráveis e ganhar tempo sem engajamentos decisivos (...).

(...) A cavalaria mecanizada, constituída pelas Brigadas de Cavalaria Mecanizadas (Bda C Mec), Regimentos de Cavalaria Mecanizados (RCMec) e Esquadrões de Cavalaria Mecanizados (Esqd C Mec) é particularmente apta a executar missões de reconhecimento e segurança, em frentes largas e a grandes profundidades. A cavalaria mecanizada constitui-se em elemento altamente móvel e potente, capaz de conduzir ou participar de operações ofensivas ou defensivas (...).

(C 2-1- Emprego da Cavalaria)